

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 066/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023 E DECRETO MUNICIPAL Nº 055/2023.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara de ar, serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma de pneus, para todas as secretarias do município de Itanhomi/MG, conforme descrição e especificações técnicas constantes no ANEXO I deste instrumento.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 07:59 horas do dia 02 de janeiro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 02 de janeiro 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITANET – <https://licitanet.com.br/>

Portaria nº 099/2025, de 01 de julho de 2025: Laerte Alves Martins de Oliveira (Pregoeiro).

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Valor total estimado para aquisição é de **R\$ 7.307.030,64** (sete milhões, trezentos e sete mil, trinta reais e sessenta e quatro centavos).

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ADOTADA A: INVERSÃO DE FASE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Plataforma: Diretamente pela plataforma de licitações – <https://licitanet.com.br/> > Processos > Pregão Eletrônico > Acessar.

E-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com

Telefone: (33) 3231-1345 – Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

Horário de funcionamento: 07:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 066/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - PREÂMBULO

1.1 - A Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 - Centro - Município de Itanhomi-MG, através de seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 - expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A - Centro - Município de Itanhomi-MG, torna público, para conhecimento de todos, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM em conformidade com os itens e valores estabelecidos no ANEXO I deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA, Pregoeiro Municipal, e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 099/2025, publicada em 01 de julho de 2025 anexada aos autos do procedimento e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 055/2023, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente EDITAL.

1.3 - O Edital Convocatório e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, através do endereço eletrônico <https://www.itanhomi.mg.gov.br/>, na Plataforma de Licitações LICITANET, através do endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>, através do e-mail itanhomiprefeitura@gmail.com e também no Departamento de Licitações localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG (endereço citado acima), em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste EDITAL, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes nos endereços eletrônicos descritos no item anterior.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado, consequentemente, desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2 - OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação o Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara de ar, serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma de pneus, para todas as secretarias do município de Itanhomi/MG, conforme especificações constantes na planilha e termo de referência, ANEXO I deste EDITAL.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderá participar do presente certame a empresa:

3.2.1 - Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 - Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 - Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.2.5 - Empresas e pessoas físicas que estejam proibidas de participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive as sanções decorrentes da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), bem como aquelas que apresentem qualquer impedimento legal ou regulamentar à contratação;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos e/ou produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.11 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 - Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://licitanet.com.br/>.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.5 - Será exigida da licitante a garantia (caução) da proposta de 1% do valor estimado do objeto (valor correspondente a planilha orçamentaria estimada pela administração), a título de garantia da proposta, podendo a empresa licitante optar por quaisquer das modalidades de garantia descrita no parágrafo 1º do artigo 96, Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser anexado junto com a documentação de habilitação, sob pena de desclassificação.

3.5.1 - Se a Contratada, optar por caução fiança bancária, deverá realizar o depósito em conta corrente: Banco do Brasil – Agência: 1077-4 – Conta: 11.401-4 – Titular: Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG – CNPJ: 18.493.239/0001-06.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://licitanet.com.br/>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do CERTAME.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.



5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do site da Plataforma de Licitações da Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Itanhomi, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

-
- () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no artigo 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme artigo 63, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o artigo 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal/1988.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal/1988.
- () Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos
-

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste EDITAL.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Nos termos do § 1º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, é facultada a inversão das fases licitatórias, desde que expressamente prevista no edital e acompanhada de fundamentação que demonstre os benefícios decorrentes. Dessa forma, este edital estabelece que a apresentação da proposta comercial e dos documentos de habilitação ocorra de forma simultânea, conforme previsão expressa na cláusula quinta.

6.2 - Essa exigência de apresentação da proposta comercial e dos documentos de habilitação de forma simultânea visa garantir maior celeridade ao certame e eficiência administrativa, reduzindo a tramitação processual e permitindo que, após a fase de lances, a Administração disponha imediatamente das propostas e dos documentos de habilitação, agilizando a análise e a tomada de decisão, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, a medida favorece a previsibilidade e reduz o risco de impugnações por critérios de julgamento não previamente analisados.

6.3 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, antes do horário estabelecido para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.4 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste EDITAL, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.5 - As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da LC nº 123/2006.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.8 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.11 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.11.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.12 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.13 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.14 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.15 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste EDITAL.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2 - Marca, Modelo dos produtos ofertados, sob pena de inabilitação caso não mencione a MARCA, FABRICANTE e MODELO.

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável.

7.2 - Declarado vencedor, fica de imediato convocado aos vencedores a apresentação das amostras dos pneus, câmaras de ar e protetores no prazo de 05 (cinco) dias úteis no setor de transporte deste município em horário de expediente, correspondente a marca e o modelo da proposta, a não apresentação insurgirá na inabilitação da proposta vencedora e nova convocação das empresas remanescentes para apresentarem no mesmo prazo. Após verificação das amostras as empresas serão intimadas a coletarem as amostras.

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à CONTRATADA.

7.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 - O prazo de validade da proposta é fixado em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.8 - A empresa declarada vencedora, caso apresente preços muito abaixo do valor estimado, com possibilidade de inexecutabilidade, será convocada pelo Pregoeiro Municipal para no prazo de 02 (duas) horas, apresentar planilha de custos com valor unitário de cada item, despesas com frete, impostos e demais despesas, acompanhadas das notas fiscais de compra equivalentes à mesma medida, marca e modelo do pneu ofertado na proposta, notas fiscais estas emitidas com data anterior a data do pregão, sob pena de desclassificação da proposta caso não apresentado a exequibilidade na forma exigida deste item.

7.9 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o edital e o constante na plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do EDITAL.

7.10 - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO poderão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública.

7.11 - O Prazo de entrega dos pneus e demais itens desse certame, será de até 05 (cinco) dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado por solicitação da contratada, aceita segundo conveniência e oportunidade da contratante.

7.12 - A empresa vencedora do certame deverá montar e desmontar os pneus e proceder à colocação nos veículos e máquinas indicados pela Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG. A mão-de-obra para a montagem e desmontagem ficará a cargo da empresa vencedora e contratada, a empresa responsável pela montagem e desmontagem dos pneus deverá estar com sua sede localizada em um raio de 60 (sessenta) km de distância da cidade de Itanhomi-MG. Para as empresas que possuem sede mais distante fica permitida a subcontratação/ terceirizada de empresas para executarem a desmontagem e montagem dos pneus dentro do raio de quilometragem fixada de 60 (sessenta) km da sede de Itanhomi-MG. A desmontagem e montagem contempla também os pneus reformados (serviços de reforma) devendo obedecer as mesas exigências deste item.

7.13 - Declarado a empresa vencedora do certame, no caso de subcontratação e terceirização dos serviços de desmontagem e montagem dos pneus, fica convocada no prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar ao setor de licitação declaração original com os dados da empresa responsável pela desmontagem e montagem dos pneus, a qual deverá na declaração conter todos os dados da empresa como endereço completo, CNPJ, nomes do(s) sócio(s), telefone e e-mail para contatos, devendo a declaração ser assinada pelo responsável pela empresa vencedora (contratada) e pelo sócio administrador da empresa subcontratada que executará os serviços para desmontagem e montagem dos pneus com reconhecimento de firma ou assinatura eletrônica.

7.14 - A empresa subcontratada para os serviços de desmontagem e montagem passará por fiscalização pelo setor de transporte para verificação se possui condições e equipamentos apropriados para a função.

7.15 - Os pneus, câmaras de ar e protetores deverão ser certificados pelo INMETRO, reservando-se à Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG o direito de recusá-los, quando do recebimento, caso não atendam às especificações exigidas.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - DA INVERSÃO DE FASES

8.1.1 - Na presente licitação, SERÁ ADOTADA A INVERSÃO DAS FASES, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances.

8.1.2 - A inversão de fases prevista neste item, iniciando pela fase de habilitação e, posteriormente, pela análise das propostas – com fundamento no artigo 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que permite expressamente tal escolha, desde que haja justificativa prévia.

8.1.3 - A motivação para essa opção está centrada na prevenção de fraudes licitatórias, em especial da prática conhecida no meio como “coelho”, que consiste na apresentação de propostas artificiais ou de empresas fictícias (muitas vezes com documentação irregular).

8.1.4 - Com o objetivo de influenciar o resultado do certame, gerar aparentes descontos irreais ou tumultuar a competitividade.

8.1.5 - Ao inverter a ordem das fases, exige-se prévia demonstração da capacidade jurídica, técnica, fiscal e trabalhista das empresas participantes, afastando desde logo aquelas que não atendam aos requisitos de habilitação. Isso garante que as propostas a serem avaliadas posteriormente venham apenas de licitantes efetivamente aptos a contratar com a Administração, conferindo maior seriedade, segurança e celeridade ao certame.

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, conforme o seguinte:

8.2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1 - Cópia da cédula de identidade do proprietário ou sócio-administrador da empresa licitante;

8.2.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual (se for o caso);

8.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.4 - Última alteração contratual (se for o caso);

8.2.5 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

8.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO FISCAL:

8.3.1 - Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado;

8.3.2 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

8.3.3 - Prova de Regularidade para com a Receita Estadual, da Unidade de federação da sede da licitante;

8.3.4 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

8.3.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943. Alterada pela Lei Nº 12.440, de 07 de julho de 2011 – DOU DE 08/07/2012;

8.3.6 - Prova de regularidade relativa ao **FGTS** (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) demonstrando situação regular;

8.3.7 - Declaração assinada por quem de direito, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do anexo deste edital.

8.3.8 - Declaração ou certidão (CND) emitida pela secretária fazendária do Município de Itanhomi-MG de que a empresa licitante participante do processo não possui débitos e não esteja inscrita na dívida ativa em decorrência de eventual aplicação de sanção com aplicação de multas. Portanto, a inscrição na Dívida Ativa é o procedimento formal que a administração utiliza para cobrar valores devidos e que não foram pagos voluntariamente pela empresa que possua aplicação de sanção com o pagamento de multas por descumprimento contratual estando inscrita na dívida ativa do município contratante.

8.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou liquidação extrajudicial ou de execução patrimonial, expedida pelo(s) distribuidor (es) judicial (is) da sede da empresa, em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

I - OBS: Caso não seja possível a conferência do documento em link específico, a autenticidade do documento facilitará o andamento processual.

8.4.2 - Na Hipótese de Certidão de recuperação Judicial positiva, a licitante interessada deverá, acompanhado da certidão, apresentar comprovação de homologação judicial do Plano de Recuperação, sob pena de Inabilitação.

8.4.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais. Apresentados na forma da Lei, registrados em junta comercial do Estado ou SPED. Correspondente e acompanhado do cálculo demonstrativo de boa situação econômico-financeira da licitante, consubstanciada nos

índices: de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); devidamente registrado no órgão competente. As MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE não estão dispensadas de sua apresentação nos mesmos termos. Vedada a apresentação de balancetes.

8.4.3 - No caso de empresa constituída no exercício social anterior (2024), admite-se a apresentação apenas do Balanço Patrimonial do último exercício (2024).

8.4.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação (2025) deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 65, § 1º).

Informação 01: A verificação, pelo órgão ou entidade promotora do certame, das certidões emitidas nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades competentes constitui meio legal de comprovação para fins de habilitação.

Informação 02: Certidões que não apresentem prazo de validade expresso no documento serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Informação 03: O Pregoeiro Municipal e sua Equipe de Apoio não se responsabilizam por eventuais falhas ou erros no envio de documentos por meio da plataforma LICITANET, sendo de inteira responsabilidade da licitante garantir a correta anexação dos arquivos.

Informação 04: Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre o envio e manuseio do sistema eletrônico, a licitante deverá entrar em contato diretamente com o suporte técnico da empresa LICITANET pelos seguintes canais:

- Site: <https://licitanet.com.br/>.
- E-mail: fornecedor@licitanet.com.br.
- Telefone: (34) 2512-6500.

Informação 05: Documentos que não sejam registrados em sites oficiais deverão ser devidamente registrados em cartório competente.

8.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a)- Mínimo de 01 (um) Certificado/Atestado que comprove que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, comprovando que o licitante tenha realizado atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação;

b)- Comprovante de inscrição estadual ou municipal expedido por órgão competente.

c)- Certificado de Regularidade junto ao IBAMA – Cadastro Técnico Federal, DEVENDO SER apresentado em NOME DO LICITANTE (obrigatório), também DO FABRICANTE OU IMPORTADOR, cadastro de fabricação de pneus e similares, nos termos fundamento na Resolução CONAMA nº 416/2009 bem como Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, do Ministério do Meio Ambiente, para os proponentes fornecedores de pneus. O não atendimento a esta exigência resultará na inabilitação da proposta, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), na decisão referente à denúncia nº 1007873 e AI837832-MG do Supremo Tribunal Federal, quando aplicável.

d)- O licitante deverá apresentar a Licença de Operação (LO) para a execução da atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental Estadual competente e válida na data da apresentação da proposta. A licença de Operação deverá ser emitida em nome do FABRICANTE OU IMPORTADOR DOS PNEUS, não sendo exigida para o comércio varejista ou comércio atacadista de pneumáticos; somente do fabricante ou importador. A Licença de Operação NÃO deverá ser substituída por nenhuma declaração de dispensa para comércio varejista ou atacadista de pneumáticos, não deverá ser substituída por LAO emitida por secretarias municipais ou qualquer outro documento ou expediente. Devendo ser apresentado dentro da validade a Licença de Operação em nome do fabricante ou importador das marcas dos pneus ofertados, sob pena de desclassificação. Seguindo as instruções conforme decisão do TCE/MG face à denúncia de nº 1188115.

OBS.: A exigência acima refere-se tão somente ao objeto referente a pneus novos de veículos leves, semipesados, pesados e máquina leves e pesadas.

e)- Apresentação do Certificado do INMETRO correspondente às marcas ofertadas, dentro do prazo de validade, garantindo a conformidade com os padrões mínimos de qualidade exigidos no edital e considerando os custos indiretos associados ao ciclo de vida do objeto licitado, quando objetivamente mensuráveis.

f)- Apresentar o catálogo/folders do fabricante dos pneus, com texto em português, com a descrição técnica dos pneus a serem adquiridos. No caso de pneus de origem importada o catálogo deverá ser do fabricante dos pneus, sendo obrigatório que esteja traduzido para o português, vedada a apresentação de catálogos montados com informações copiadas de sites ou de importadores, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta. O licitante deverá para cada item INDICAR no catálogo referente a medida do pneus, marca, modelo e especificações exigidas e a qual item pertence o catálogo apresentado, não serão aceitos catálogos aleatórios sem grifar a qual item da proposta se refere, sob pena de desclassificação. O catálogo deverá ter fonte de origem onde possa ser conferida sua autenticidade.

OBS.: A exigência acima refere-se tão somente ao objeto referente a pneus novos de veículos leves, semipesados, pesados e máquina leves e pesadas.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - Será aplicado no presente EDITAL o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021 (por se tratar de interpretação jurisprudencial aplicável também à nova lei):

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste EDITAL.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no EDITAL.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00** (um real), aplicado sobre o valor unitário de cada item, devendo os lances serem formulados em valores numéricos decimais de no máximo duas casas após a vírgula.

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15.1 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.

9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço por item.

9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23 - Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,

no prazo de 03 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste EDITAL.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste EDITAL e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.4 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.6 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste EDITAL.

10.10 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.11 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste EDITAL.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/menor vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste EDITAL ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente EDITAL, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no EDITAL, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

12.1.2. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(ns) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail itanhomiprefeitura@gmail.com a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13 - DO RECURSO

13.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais

LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o termo de compromisso, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o ADJUDICANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

15.4 - Alternativamente à assinatura via Portal, a Administração poderá encaminhar a ARP, mediante correspondência eletrônica, para assinatura eletrônica avançada, devendo ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando -se às penalidades previstas.

15.5 - O prazo previsto nos subitens 15.1 e 15.4 poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.6 - Previamente à assinatura da ARP pela Administração, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual e extraída a Certidão negativa conjunta TCU (Licitante inidôneos), CNJ (CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), Portal da Transparência (CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), Portal da Transparência (CNEP Cadastro Nacional de Pessoas Punidas), obtida através do link: Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br), para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

15.7 - Se a adjudicatária, quando da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preços), não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste EDITAL e das demais cominações legais.

16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP)

16.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

17.1.2 - Assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual dela decorrente no prazo estabelecido neste EDITAL (15.1), sob pena das sanções cabíveis.

17.1.3 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.3.1 - Efetuar a entrega dos itens ou execução dos serviços, que devem estar completos e em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

17.1.3.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.3.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste EDITAL e no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.3.4 - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.3.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.3.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

17.1.3.7 - Atender a todas as condições descritas neste edital e no Termo de Referência, devendo ser consideradas juntamente com o que estipula este documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, compreendendo:

- a)-** Obedecer às normas de fornecimento de produtos, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias;
- b)-** O objeto deve ser fornecido, rigorosamente, de acordo com as especificações técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais descritos neste EDITAL e no Termo de Referência;
- c)-** A contratada deverá acatar as decisões, instruções e observações que emanarem da contratante, corrigindo o fornecimento, sem ônus para o contratante;
- d)-** Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, conforme definido neste EDITAL e no Termo de Referência;
- e)-** Providenciar de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato do Município com respeito à execução do objeto, conforme exigências contidas neste EDITAL e no Termo de Referência;
- f)-** Entregar os produtos ou serviços objeto do contrato respectivo dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados, ressalvado o direito do Município em não receber produtos e serviços que não atendam os padrões de qualidades definidos por ele;
- g)-** Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos e serviços, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes neste EDITAL e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município;

-
- h)-** Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência da ata de registro de preços ou contrato, a pedido do Município;
- i)-** Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou CONTRATO, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- j)-** Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria, especialmente a indicada nos autos do processo, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Contratado;
- k)-** Indicar na assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes para representá-lo, administrativa ou judicialmente, assim como para decidir acerca de questões relativas aos serviços, bem como para atender aos chamados do gestor/fiscal de contrato do Município, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, a partir de contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- l)-** Fornecer números telefônicos, endereços eletrônicos, sites ou de outros meios igualmente eficazes, para contato do gestor/fiscal de contrato do Município com o preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;
- m)-** Encaminhar ao Município, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal de contrato do Município;
-



-
- n)-** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- o)-** Apresentar, no ato da assinatura do contrato, dados de conta bancária da pessoa jurídica contratada, para receber os pagamentos via transferência eletrônica;
- p)-** Responder por danos e desaparecimentos de bens patrimoniais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos ao Município ou a terceiros, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021;
- q)-** Ressarcir o Município do valor correspondente ao pagamento de multas, indenizações ou despesas a esta, imposta por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela contratada, de leis, decretos ou regulamentos relacionados aos serviços prestados;
- r)-** Permitir ao Município exercer a fiscalização da entrega dos produtos licitados ou serviços prestados, inclusive fornecendo informações aos seus prepostos;
- s)-** Não transferir a terceiros os itens contratados, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Prefeitura;
- t)-** O detentor da Ata de Registro de Preços ou contrato não será obrigado a prestar garantia de execução contratual. No entanto, deverá cumprir com a exigência da Logística Reversa, garantindo sua aplicação durante toda a vigência do contrato de fornecimento ou prestação de serviços, conforme avaliação e indicação dos produtos inservíveis que deverão ser recolhidos pela contratada;
- u)-** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentar reclamações trabalhistas contra a Contratante;
- v)-** Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para
-



garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

w)- O descumprimento, injustificado do prazo fixado, do item acima para entrega de produtos ou execução de serviços acarretará em multa pecuniária, ficando o Contratado sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

y)- Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação pela organização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 - Constituem obrigações do ADJUDICANTE, além da constante do artigo 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, as especificadas no EDITAL.

18.3 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas ADJUDICATÁRIA, quanto à qualidade e tempestividade na prestação dos serviços, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não devem ser interrompidos durante a vigência do contrato.

18.4 - Emitir as ordens de compra à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos.

18.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor.



-
- 18.6** - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;
- 18.7** - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.
- 18.8** - Notificar à licitante, por escrito, qualquer irregularidade constatada, solicitando providências para a regularização das mesmas;
- 18.9** - Receber, conferir, atestar e liberar para o setor competente, as Notas Fiscais emitidas pela ADJUDICATÁRIA, para providências de pagamento;
- 18.10** - Efetuar o pagamento no mês subsequente referente ao fornecimento dos produtos;
- 18.11** - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da ADJUDICATÁRIA ou por seus prepostos;
- 18.12** - Efetuar o pagamento desde que cumpridas todas as formalidades e exigências;
- 18.13** - Comunicar oficialmente à ADJUDICATÁRIA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 18.14** - Rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos em desacordo com o contrato a ser celebrado.

19 - DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1** - A entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo ADJUDICANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, que acompanhará o fornecimento, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

19.2 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

19.2.1 - O fiscal do CONTRATO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.2.2 - O fiscal do CONTRATO informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

19.2.3 - O fiscal do CONTRATO será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

19.3 - Compete ao fiscal do CONTRATO, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

19.3.1 - Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

19.3.2 - Receber designação e manter contato com o preposto da adjudicatária, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

19.3.3 - Recepcionar da adjudicatária, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública, conferi-los e encaminhá-los ao gestor do contrato;

19.3.4 - Conforme o caso, realizar ou aprovar a medição dos serviços ou fornecimentos efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato, recebendo o objeto mediante termo assinado pelas partes;

19.3.5 - Realizar, na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

19.3.6 - Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;

19.3.7 - Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, tais como:

a) - Realização de reunião inicial com a adjudicatária para apresentação das partes, suas obrigações e esclarecer eventuais dúvidas;

b) - Utilização de “*check list*”, isto é, listas de verificação para a análise dos aspectos técnicos referentes à contratação;

c) - elaboração de relatório periódico de acompanhamento (semanal, mensal, bimestral ou trimestral);

d) - disponibilização de formulários de avaliação dos bens, reunindo sugestões e reclamações que deverão ser enviadas à adjudicatária e utilizadas para gerar melhorias no objeto;

e) - promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução do objeto, sempre que possível com a participação de pelo menos 02 (dois) servidores ou agentes públicos, registrando em ata o conteúdo das deliberações.

19.3.7 - Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

19.3.8 - Determinar a reparação, correção, remoção, substituição, às expensas da adjudicatária, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.3.9 - Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o Termo de Referência;

19.3.10 - Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato e respectivos termos aditivos;

19.3.11 - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução contratual para a perfeita execução do objeto;

19.3.12 - Formalizar notificações por escrito à adjudicatária, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades;

19.3.13 - Em caso de descumprimento contratual e/ou quaisquer tipos de ilicitudes verificadas nas contratações sob sua responsabilidade, além de comunicar ao gestor do contrato, colher previamente as provas e reunir os indícios inerentes a sua atribuição fiscalizatória, auxiliando na instrução do processo;

19.3.20 - Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - O pagamento pela efetiva entrega e aceitação dos materiais será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a Aceitação Definitiva do Objeto e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, através da Tesouraria Municipal, observando-se a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização (Fiscal do Contrato), que somente atestará a entrega e a conformidade dos produtos e liberará o documento para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas na Ordem de Fornecimento e neste edital e anexos.

20.1.2 - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Itanhomi-MG, informando o número de sua conta corrente e agência bancária, bem como o número da Ordem de Fornecimento (OF) ou da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) que deu origem à despesa.

20.1.3 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ou encargos financeiros ao Município de Itanhomi-MG.

20.2 - A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, conforme previsto na seção de sanções.

20.3 - O Município de Itanhomi poderá sustar todo e qualquer pagamento ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato, sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo:

a)- A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itanhomi.

b)- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

c)- A CONTRATADA retarde indevidamente a entrega dos materiais ou paralise a logística por prazo que venha a prejudicar as atividades da Secretaria Municipal de Educação.

d)- Débito da CONTRATADA para com o Município de Itanhomi quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e)- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

20.4 - Os preços unitários registrados na Ata não serão reajustados durante o período de 04 (quatro) meses, podendo, contudo, ser reajustado após este período no caso de haver aumento real de preços no mercado comprovado através de documentos ou índices oficiais

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: notafiscal.tesouraria@gmail.com.

21 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a)- Advertência pelo atraso de até 01 (um) dia e sem prejuízo para o Município de Itanhomi, no fornecimento dos produtos;

b)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, no fornecimento dos produtos;

c)- Multa de até 10% do total do contrato/ordem de fornecimento para o caso de fornecimento dos produtos fora dos padrões aceitáveis estabelecidos neste instrumento;

d)- Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de fornecimento se deixar de prestar os serviços, no prazo estabelecido neste instrumento;

e)- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do artigo 156, parágrafo 5º, da Lei Federal 14.133/2021;

21.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

21.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21.4 - Extensão das Penalidades

21.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

a)- Retardarem a execução do pregão;

b)- Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c)- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

22 - DO REAJUTE DE PREÇOS

22.1 - Os preços unitários registrados na Ata não serão reajustados durante o período de 04 (quatro) meses, podendo, contudo, ser reajustado após este período no caso de haver aumento real de preços no mercado comprovado através de documentos ou índices oficiais.



23 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

23.1 - As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.959 de 14 de outubro de 2024, sob os seguintes códigos:

I - GABINETE DO PREFEITO:

a)- Ficha 56: 02.01.01.04.122.0001.2007.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 59: 02.01.01.04.122.0001.2007.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

a)- Ficha 82: 02.03.01.04.122.0003.2010.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

b)- Ficha 85: 02.03.01.04.122.0003.2010.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

c)- Ficha 98: 02.03.01.06.181.0004.2013.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 100: 02.03.01.06.181.0004.2013.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

e)- Ficha 106: 02.03.01.06.181.0004.2015.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

f)- Ficha 108: 02.03.01.06.181.0004.2015.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:

a)- Ficha 122: 02.04.01.04.123.0007.2016.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



b)- Ficha 124: 02.04.01.04.123.0007.2016.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 147: 02.05.01.12.122.0008.2019.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 149: 02.05.01.12.122.0008.2019.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

c)- Ficha 164: 02.05.01.12.361.0009.2022.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 167: 02.05.01.12.361.0009.2022.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

e)- Ficha 172: 02.05.01.12.361.0010.2025.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.

f)- Ficha 174: 02.05.01.12.361.0010.2025.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.

g)- Ficha 192: 02.05.01.12.365.0011.2086.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

h)- Ficha 194: 02.05.01.12.365.0011.2086.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a)- Ficha 211: 02.06.01.10.122.0015.2034.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 213: 02.06.01.10.122.0015.2034.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

c)- Ficha 225: 02.06.01.10.301.0015.2035.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.

d)- Ficha 228: 02.06.01.10.301.0015.2035.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.



-
- e)- Ficha 233: 02.06.01.10.301.0015.2065.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- f)- Ficha 236: 02.06.01.10.301.0015.2065.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000.
- g)- Ficha 253: 02.06.01.10.303.0015.2064.339030-00 – Fonte: 1.621.000.0000.
- h)- Ficha 256: 02.06.01.10.303.0015.2064.339039-00 – Fonte: 1.600.000.0000.
- i)- Ficha 263: 02.06.01.10.304.0015.2043.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- j)- Ficha 265: 02.06.01.10.304.0015.2043.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- k)- Ficha 272: 02.06.01.10.305.0015.2042.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- l)- Ficha 274: 02.06.01.10.305.0015.2042.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

- a)- Ficha 282: 02.07.01.04.122.0020.2046.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- b)- Ficha 283: 02.07.01.04.122.0020.2046.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- c)- Ficha 302: 02.07.01.15.451.0020.2047.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.
- d)- Ficha 304: 02.07.01.15.451.0020.2047.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.
- e)- Ficha 306: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- f)- Ficha 308: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
-



g)- Ficha 331: 02.07.01.26.782.0020.2050.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

h)- Ficha 333: 02.07.01.26.782.0020.2050.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VII - SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

a)- Ficha 343: 02.08.01.20.606.0029.2051-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 345: 02.08.01.20.606.0029.2051-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 355: 02.09.01.08.122.0017.2052.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.720.000.0000.

b)- Ficha 357: 02.09.01.08.122.0017.2052.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.665.000.0000.

c)- Ficha 363: 02.09.01.08.243.0017.2084.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 365: 02.09.01.08.243.0017.2084.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO:

a)- Ficha 376: 02.10.01.27.812.0014.2057-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 379: 02.10.01.27.812.0014.2057-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

X - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

a)- Ficha 384: 02.11.01.18.122.0023.2058-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



b)- Ficha 386: 02.11.01.18.122.0023.2058-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

XI - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 395: 02.12.01.08.122.0032.2061.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

b)- Ficha 397: 02.12.01.08.122.0032.2061.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

c)- Ficha 407: 02.12.01.08.245.0032.2060.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

d)- Ficha 410: 02.12.01.08.245.0032.2060.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

XII - FUNDEB (FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA):

a)- Ficha 431: 02.13.01.12.361.0009.2095.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 433: 02.13.01.12.361.0009.2095.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

c)- Ficha 439: 02.13.01.12.365.0011.2096.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

d)- Ficha 441: 02.13.01.12.365.0011.2096.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO:

a)- Ficha 459: 02.14.01.13.122.0013.20745.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 461: 02.14.01.13.122.0013.20745.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.



24 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1 - O registro do fornecedor na Ata de Registro de Preços (ARP) terá seu preço cancelado por iniciativa do Município de Itanhomi-MG, quando:

24.1.1 - O fornecedor descumprir as condições da Ata e/ou da Ordem de Fornecimento dela decorrente;

24.1.2 - O fornecedor não retirar ou não assinar a respectiva Ata de Registro de Preços ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

24.1.3 - O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado, comprovado por pesquisa de preços realizada pela Administração, e estiverem presentes razões de interesse público que justifiquem a redução;

24.1.4 - O fornecedor não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas;

24.1.5 - O fornecedor for apenado com a sanção de impedimento de licitar ou contratar.

24.2 - O cancelamento do registro de preço da licitante na Ata de Registro de Preços (ARP) será processado e formalizado pela autoridade competente do Órgão Gerenciador (Prefeitura de Itanhomi-MG), assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando verificadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação específica, em especial as dispostas nos Artigos 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

25 - DA ADESÃO

25.1 - Esta administração permitirá adesão à Ata de Registro de Preços (ARP), por outros órgãos ou entidades, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

26.1 - Homologada a licitação e assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado receberá a Ordem de Fornecimento (OF) ou instrumento equivalente para a entrega dos bens.

26.2 - Caso o fornecedor registrado não entregue os produtos ou serviços, objeto do certame, de acordo com a sua proposta e/ou Ordem de Fornecimento, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do fornecimento.

26.3 - É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos produtos ou execução dos serviços, decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo original e devidamente fundamentada.

26.5 - Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em entregar os produtos, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

26.6 - Na hipótese acima referida, será convocado o licitante remanescente, observada a ordem de classificação no certame.

26.7 - A Autoridade Competente poderá, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Ordem de Fornecimento), conforme estabelecido no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.8 - O cancelamento do registro de preço na Ata se dará nas hipóteses previstas nos Artigos 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no que couber a Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

26.9 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

26.10 - A contratação dos itens requisitados deverá ser precedida da requisição específica, não ficando o CONTRATANTE obrigado a contratar todos os itens constantes na Ata, devendo o fornecimento ser fracionado conforme a demanda e disponibilidade orçamentária.

26.11 - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos produtos ou serviços sem autorização prévia e expressa da Administração.

26.12 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.13 - O Agente de Contratação/Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.14 - É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão pública do pregão.

26.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

26.16 - Integram o presente edital:

a) Anexo I - Termo de Referência;



b) Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preço.

26.17- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://https://licitanet.com.br/>, ou <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/> e também solicitado através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.

26.18 - A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste EDITAL e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

26.19 - No caso de eventual divergência entre o EDITAL de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

26.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

26.21 - Cada licitante é responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o artigo 59, parágrafo 2º c/c artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.



26.23 - O CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

26.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.25 - O Instrumento convocatório (Edital) e seus anexos, são parte integrante e indissociável da Ata de Registro de Preços e dos Contratos/Ordens de Fornecimento dela decorrentes.

26.26 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itanhomi-MG, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir as questões e controvérsias oriundas do presente instrumento que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

26.27 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, nos dias úteis, das 7:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00 horas ou pelo telefone (33) 3231-1345 e e-mail: Itanhomiprefeitura@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://https://licitanet.com.br/>.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 10 de dezembro de 2025.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Pregoeiro Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DADOS GERAIS E INTRODUÇÃO

Campo	Especificação
Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG
Setor Requisitante	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas
Responsável pela Demanda	CARLOS DIOGO FONTES (Secretário da Pasta)
Objeto	Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de pneus, protetor e câmara de ar, serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma de pneus, para todas as secretarias do município de Itanhomi/MG.
Modalidade	Pregão Eletrônico
Tipo de Julgamento	Menor Preço Por Item
Regime	Sistema de Registro de Preços (SRP)
Base Legal	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 055/2023.

2 - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A aquisição de pneus e serviços correlatos é essencial para garantir a segurança, eficiência e operacionalidade da frota de veículos da Prefeitura de Itanhomi/MG. Os veículos municipais são utilizados em serviços públicos essenciais, como transporte escolar, saúde e segurança, o que demanda manutenção contínua e preventiva. Além disso, a substituição periódica dos pneus reduz custos de reparos emergenciais e melhora a eficiência operacional.

3 - OBJETO DETALHADO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto estabelecer as especificações técnicas, os requisitos de qualificação e as condições de fornecimento e execução para a contratação de Registro de Preços visando a eventual e futura aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar, e a eventual e futura contratação de serviços especializados de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma (recapagem/recauchutagem) de pneus, conforme as especificações e quantidades constantes nas cláusulas deste instrumento.

3.1 - O objetivo é atender, de forma eventual e parcelada, a frota de veículos leves, pesados e máquinas rodoviárias de todas as Secretarias e Órgãos da Administração Direta do Município de Itanhomi/MG, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.2 - Tabela descritiva dos itens e valores:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ALINHAMENTO VEÍCULOS PESADOS	UN	50		
02	ALINHAMENTO/AUTOMÓVEL	UN	60		
03	ALINHAMENTO/VAN	UN	40		
04	BALANCEAMENTO VEÍCULOS PESADOS	UN	100		
05	BALANCEAMENTO/AUTOMÓVEL	UN	400		
06	BALANCEAMENTO/VAN	UN	80		
07	CÂMARA DE AR: 1000 X 20	UN	20		
08	CÂMARA DE AR: 16.9-24	UN	10		
09	CÂMARA DE AR: 18.4.30	UN	10		
10	CÂMARA DE AR: 750 X 16	UN	10		
11	CÂMARA DE AR: 900 X 20	UN	20		
12	CÂMARA DE AR: KM 24	UN	20		
13	CAMBAGEM VEÍCULOS PESADOS	UN	30		
14	CAMBAGEM/AUTOMÓVEL	UN	30		
15	CAMBAGEM/VAN	UN	30		
16	PNEU 10.00R20 RADIAL BORRACHUDO	UN	80		
17	PNEU 10.00R20 RADIAL IMISTO ESTRDADA DE TERRA E ASFALTO	UN	100		
18	PNEU 10.00R20 RADIAL LISO	UN	80		
19	PNEU 295/80R22.5 BORRACHUDO	UN	40		
20	PNEU 295/80R22.5 LISO	UN	40		



21	PNEU MOTOCICLETA: 110/90 – 17 M/C 60P	UN	08		
22	PNEU MOTOCICLETA: 80/100 – 18 M/C 47P	UN	08		
23	PNEU MOTOCICLETA: 90/90 – 18 M/C 57P	UN	08		
24	PNEU MOTOCICLETA: 90/90 – 19 M/C 52P	UN	08		
25	PNEU: 1000 X 20 DIAGONAL BORRACHUDO – 16 LONAS	UN	80		
26	PNEU: 1000 X 20 DIGAONAL LISO – 16 LONAS	UN	60		
27	PNEU: 12 X 16.5 – 10 LONAS	UN	22		
28	PNEU: 12.4-24 – 10 LONAS	UN	20		
29	PNEU: 1400 X 24 – 12 LONAS	UN	24		
30	PNEU: 1400 X 24 – 16 LONAS	UN	40		
31	PNEU: 16.9-24 – 12 LONAS	UN	20		
32	PNEU: 165 X 70 X 13 – RADIAL	UN	20		
33	PNEU: 17,5 X 25 – 12 LONAS	UN	10		
34	PNEU: 17,5 X 25 – 16 LONAS E3/L3	UN	40		
35	PNEU: 175 X 65 X 14 – RADIAL	UN	140		
36	PNEU: 175 X 70 X 13 – RADIAL	UN	20		
37	PNEU: 175 X 70 X 14 – RADIAL	UN	160		
38	PNEU: 18.4-30 – 12 LONAS	UN	16		
39	PNEU: 18.4-30 – 16 LONAS	UN	20		
40	PNEU: 185 X 60 X 15 – RADIAL	UN	120		
41	PNEU: 185 X 70 X 14 – RADIAL	UN	120		
42	PNEU: 195 X 65 X 15 – RADIAL	UN	100		
43	PNEU: 205 X 60 X 16 – RADIAL	UN	120		
44	PNEU: 205 X 70 X 15 – RADIAL CARGO	UN	40		
45	PNEU: 215 X 60 X 17 – RADIAL	UN	12		
46	PNEU: 215 X 75 X 16 – RADIAL	UN	50		
47	PNEU: 215 X 75 X 17.5 – RADIAL BORRACHUDO	UN	120		
48	PNEU: 215 X 75 X 17.5 – RADIAL LISO	UN	80		
49	PNEU: 215 X 75 X 17.5 – RADIAL MISTO	UN	80		
50	PNEU: 225X65X16 – RADIAL	UN	150		
51	PNEU: 225X70X16 – RADIAL	UN	20		
52	PNEU: 225X70X17 – RADIAL	UN	12		
53	PNEU: 225X75X16 – RADIAL	UN	100		
54	PNEU: 235X70X16 – RADIAL BURRACHUDO 8 LONAS	UN	50		
55	PNEU: 265X60X18 – RADIAL	UN	16		
56	PNEU: 275 X 80 X 22.5 – RADIAL BORRACHUDO	UN	80		
57	PNEU: 275 X 80 X 22.5 – RADIAL LISO	UN	80		
58	PNEU: 275 X 80 X 22.5 – RADIAL MISTO	UN	100		
59	PNEU: 750 X 16 LISO – 10 LONAS BORRACHUDO	UN	60		
60	PNEU: 750 X 16 LISO – 10 LONAS LISO	UN	40		
61	PNEUS: 900 X 20 – 14 LONAS BORRACHUDO	UN	60		

62	PNEUS: 900 X 20 – 14 LONAS LISO	UN	60		
63	PROTETOR: 1.000 X 20	UN	20		
64	PROTETOR: 750 X 16	UN	20		
65	PROTETOR: 900 X 20	UN	20		
66	PROTETOR: PATROL 24	UN	20		
67	REFORMA DE PNEUS 12.4 X 24.	UN	20		
68	REFORMA DE PNEUS 12.5/80-18.	UN	20		
69	REFORMA DE PNEUS 13.00 X 24 L2	UN	20		
70	REFORMA DE PNEUS 1400-24.	UN	20		
71	REFORMA DE PNEUS 17.5-25 L3	UN	20		
72	REFORMA DE PNEUS 18.4 X 30.	UN	20		
73	REFORMA DE PNEUS 18.4 X 34	UN	20		
74	REFORMA DE PNEUS 19.5-24 L2.	UN	20		
75	REFORMA DE PNEUS 205/75R16.C.	UN	20		
76	REFORMA DE PNEUS 215/75R17.5.	UN	50		
77	REFORMA DE PNEUS 275/80R22.5	UN	50		
78	REFORMA DE PNEUS 295/80R22.5	UN	20		
79	REFORMA DE PNEUS 7.50 X 16	UN	20		
80	REFORMA PNEU 1000R20 BORRACHUDO	UN	20		
81	REFORMA PNEU 1000R20 LISO	UN	20		
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					

3.3 - Todos os itens novos deverão estar em conformidade com a legislação vigente (especificamente a Portaria INMETRO nº 544/2012 e suas alterações posteriores).

3.4 - Os itens reformados deverão obedecer aos procedimentos exigidos pela legislação vigente (especialmente a Portaria INMETRO nº 433/2021, podendo para tanto ser exigido documento que ateste a conformidade).

4 - VALOR ESTIMADO

4.1 - O Valor Estimado total da contratação é de **R\$** (.....), sendo este um valor de referência. A disputa de preços e o julgamento da licitação serão baseados no MENOR PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM.

4.2 - A estimativa foi apurada mediante a média de preços entre três cotações de mercado.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (SRP)

5.1 - Vigência da Ata de Registro de Preços (ARP)

5.1.1 - A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, vedadas prorrogações, exceto na forma prevista no § 3º do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 - Adesão (Carona)

5.3.1 - Conforme decisão do Órgão Gerenciador, FICA VEDADA a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenham participado do procedimento licitatório, seja como Órgão Gerenciador ou Participante (órgãos carona).

5.3.2 - A Ata a ser registrada destina-se, exclusivamente, ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG.

6 - CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO

6.1 - A execução do objeto se dará de forma parcelada, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo, de acordo com as necessidades e a disponibilidade orçamentária.

6.2 - O Prazo será de até 05 (cinco) dias úteis para entrega de bens e/ou início de prestação de serviços, podendo tal prazo ser prorrogado por solicitação da contratada, aceita segundo conveniência e oportunidade da contratante.

6.3 - Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, localizada na Av. Juscelino Kubitscheck, 91 - Centro, Itanhomi - MG, CEP: 35120-000.

6.4 - O fornecedor estará sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e em inspeções posteriores, reservando-se à Prefeitura Municipal, por meio do responsável designado por cada secretaria, o direito de rejeitar os produtos que não atendam às condições especificadas ou que não sejam de primeira qualidade, conforme exigências contratuais.

6.5 - O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão integralmente por conta da empresa vencedora, sem qualquer custo adicional a ser repassado à Prefeitura.

6.6 - Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos ou em quantidade inferior ao contratado, a empresa será notificada e deverá providenciar a substituição ou complementação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

6.7 - A Prefeitura reserva-se o direito de, a qualquer momento durante o certame ou a execução contratual, realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Caso o produto seja considerado insatisfatório em qualquer das análises realizadas, este será automaticamente rejeitado e deverá ser substituído de forma imediata e sem ônus para a Administração.

6.8 - No caso de suspeita ou constatação de irregularidades nos produtos entregues, a Prefeitura poderá enviá-los a um laboratório devidamente qualificado para elaboração de laudos conclusivos. Se for comprovado que o produto não atende às especificações contratuais ou contém características que contrariem as exigências deste Termo de Referência, todas as despesas decorrentes da análise e da substituição serão de responsabilidade da empresa contratada.

6.9 - O recebimento será efetivado nos seguintes termos (artigo 140, § 3º da Lei 14.133/2021):

6.9.1 - Se tratando de bens

a) - PROVISÓRIO: Será realizado pelo fiscal técnico da Administração no prazo de até 3 (três) dias úteis após a entrega, mediante termo ou nota de recebimento, para simples conferência de quantidade e qualidade aparente (incluindo verificação da documentação e certificação INMETRO).

b) - DEFINITIVO: Será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após inspeção e testes para verificação da conformidade com as especificações técnicas e o desempenho inicial.

6.9.2 - Se tratando de Serviços

a) - PROVISÓRIO: Será realizado pelo fiscal técnico da Administração imediatamente após a conclusão da execução de cada serviço, mediante registro de execução ou documento equivalente.

b) - DEFINITIVO: Será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade técnica e adequação do serviço prestado e inexistência de vícios ou defeitos.

6.10 - A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

6.11 - Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

6.12 - Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

6.13 - A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente às disposições legais pertinentes.

6.14 - No tocante aos produtos discriminados neste Certame ficam expressamente definidos que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

7 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 - A contratada deverá observar integralmente as seguintes obrigações e responsabilidades no fornecimento dos produtos:

- a)** Fornecer os produtos em total conformidade com as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, garantindo que atendam às normas vigentes e às exigências do edital.
- b)** Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, em estrita observância à legislação aplicável, incluindo normas técnicas e regulamentos específicos.
- c)** Submeter-se à fiscalização realizada por cada secretaria requisitante, por meio do servido designado, que acompanhará o fornecimento dos produtos. A fiscalização incluirá a orientação, supervisão e intervenção sempre que necessário, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições contratuais.
- d)** Cumprir, além das disposições legais federais, estaduais e municipais, as normas e regulamentações internas da Prefeitura Municipal de Itanhomi (MG), respeitando os critérios administrativos e operacionais estabelecidos.
- e)** Observar integralmente as obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange à manutenção das condições de habilitação, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualidade técnica do objeto fornecido durante toda a vigência contratual.

8 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 - Exercer a fiscalização contínua da execução do objeto, por meio do fiscal designado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - Notificar, de forma formal e tempestiva, a Contratada sobre qualquer irregularidade identificada nos materiais entregues, garantindo que medidas corretivas sejam tomadas no prazo estipulado.

8.3 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme os termos estabelecidos no contrato, desde que todas as exigências e condições contratuais tenham sido devidamente cumpridas.

8.4 - Rejeitar, de forma justificada, quaisquer produtos que não atendam aos padrões especificados nas condições técnicas e recomendações apresentadas pela Contratante, solicitando sua substituição imediata.

8.5 - Cumprir e assegurar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo a boa execução do contrato e a defesa do interesse público.

9 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a)-** Advertência pelo atraso de até 01 (um) dia e sem prejuízo para o Município de Itanhomi, no fornecimento dos produtos;
- b)-** Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, no fornecimento dos produtos;
- c)-** Multa de até 10% do total do contrato/ordem de fornecimento para o caso de fornecimento dos produtos fora dos padrões aceitáveis estabelecidos neste instrumento;
- d)-** Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de fornecimento se deixar de prestar os serviços, no prazo estabelecido neste instrumento;

e)- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do artigo 156, parágrafo 5º, da Lei Federal 14.133/2021;

9.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

9.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.4 - Extensão das Penalidades

9.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

a)- Retardarem a execução do pregão;

b)- Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c)- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

10 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1 - As despesas decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.959 de 14 de outubro de 2024, sob os seguintes códigos:



I - GABINETE DO PREFEITO:

a)- Ficha 56: 02.01.01.04.122.0001.2007.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 59: 02.01.01.04.122.0001.2007.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

a)- Ficha 82: 02.03.01.04.122.0003.2010.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

b)- Ficha 85: 02.03.01.04.122.0003.2010.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

c)- Ficha 98: 02.03.01.06.181.0004.2013.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 100: 02.03.01.06.181.0004.2013.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

e)- Ficha 106: 02.03.01.06.181.0004.2015.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

f)- Ficha 108: 02.03.01.06.181.0004.2015.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:

a)- Ficha 122: 02.04.01.04.123.0007.2016.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 124: 02.04.01.04.123.0007.2016.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 147: 02.05.01.12.122.0008.2019.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



-
- b)- Ficha 149: 02.05.01.12.122.0008.2019.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- c)- Ficha 164: 02.05.01.12.361.0009.2022.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- d)- Ficha 167: 02.05.01.12.361.0009.2022.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- e)- Ficha 172: 02.05.01.12.361.0010.2025.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.
- f)- Ficha 174: 02.05.01.12.361.0010.2025.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.
- g)- Ficha 192: 02.05.01.12.365.0011.2086.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- h)- Ficha 194: 02.05.01.12.365.0011.2086.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- a)- Ficha 211: 02.06.01.10.122.0015.2034.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- b)- Ficha 213: 02.06.01.10.122.0015.2034.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- c)- Ficha 225: 02.06.01.10.301.0015.2035.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.
- d)- Ficha 228: 02.06.01.10.301.0015.2035.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.
- e)- Ficha 233: 02.06.01.10.301.0015.2065.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- f)- Ficha 236: 02.06.01.10.301.0015.2065.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000.
-



g)- Ficha 253: 02.06.01.10.303.0015.2064.339030-00 – Fonte: 1.621.000.0000.

h)- Ficha 256: 02.06.01.10.303.0015.2064.339039-00 – Fonte: 1.600.000.0000.

i)- Ficha 263: 02.06.01.10.304.0015.2043.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

j)- Ficha 265: 02.06.01.10.304.0015.2043.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

k)- Ficha 272: 02.06.01.10.305.0015.2042.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

l)- Ficha 274: 02.06.01.10.305.0015.2042.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

a)- Ficha 282: 02.07.01.04.122.0020.2046.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 283: 02.07.01.04.122.0020.2046.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

c)- Ficha 302: 02.07.01.15.451.0020.2047.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

d)- Ficha 304: 02.07.01.15.451.0020.2047.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

e)- Ficha 306: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

f)- Ficha 308: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

g)- Ficha 331: 02.07.01.26.782.0020.2050.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

h)- Ficha 333: 02.07.01.26.782.0020.2050.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VII - SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

a)- Ficha 343: 02.08.01.20.606.0029.2051-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 345: 02.08.01.20.606.0029.2051-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 355: 02.09.01.08.122.0017.2052.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.720.000.0000.

b)- Ficha 357: 02.09.01.08.122.0017.2052.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.665.000.0000.

c)- Ficha 363: 02.09.01.08.243.0017.2084.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 365: 02.09.01.08.243.0017.2084.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO:

a)- Ficha 376: 02.10.01.27.812.0014.2057-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 379: 02.10.01.27.812.0014.2057-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

X - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

a)- Ficha 384: 02.11.01.18.122.0023.2058-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 386: 02.11.01.18.122.0023.2058-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

XI - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 395: 02.12.01.08.122.0032.2061.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

b)- Ficha 397: 02.12.01.08.122.0032.2061.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

c)- Ficha 407: 02.12.01.08.245.0032.2060.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

d)- Ficha 410: 02.12.01.08.245.0032.2060.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

XII - FUNDEB (FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA):

a)- Ficha 431: 02.13.01.12.361.0009.2095.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 433: 02.13.01.12.361.0009.2095.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

c)- Ficha 439: 02.13.01.12.365.0011.2096.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

d)- Ficha 441: 02.13.01.12.365.0011.2096.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO:

a)- Ficha 459: 02.14.01.13.122.0013.20745.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 461: 02.14.01.13.122.0013.20745.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

11 - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto solicitado será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante aceitação pela fiscalização da Secretaria requisitante, desde que atendidas as condições a seguir:

11.1.1 - O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atesto da entrega dos materiais pelo setor requisitante.

11.1.2 - O pagamento dependerá da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal correspondente;
- b) Certidões negativas de débito do INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- c) Número da conta bancária para efetivação do depósito ou crédito;
- d) Guias pagas do PIS e COFINS, referentes ao mês anterior ao fornecimento dos produtos faturados;

e) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, apresentar guia DAS devidamente paga, acompanhada da declaração e comprovante de enquadramento no Simples Nacional.

11.2 - É expressamente proibida a antecipação de pagamentos sem a devida contraprestação pelos produtos fornecidos.

12 - DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

12.1 - O Município estabelecerá critério de fiscalização do cumprimento do instrumento do CONTRATO respectivo, por intermédio do servidor público municipal, Sr. PEDRO AUGUSTO AREDES MOTA, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo da Prefeitura de Itanhomi-MG, em conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1 - A responsabilidade pela elaboração deste Termo de Referência recai sobre o servidor público municipal, Sr. CARLOS DIOGO FONTES (Secretário Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo).

14 - DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

14.1 - Este Termo de Referência deverá ser aprovado pelo Ordenador de Despesas: Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA (Prefeito Municipal de Itanhomi-MG).

Secretaria Municipal Educação de Itanhomi-MG, 04 de dezembro de 2025.

CARLOS DIOGO FONTES
Secretária Municipal de Viação e Obras Públicas



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº */2025**

Ata de Registro de Preços referente à futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara e serviços para todas as secretarias do município de Itanhomi/MG, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG e a empresa _____.

GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG.

FORNECEDOR: _____

_____, TERMO DE COMPROMISSO este cuja celebração foi autorizada em conformidade com o Processo Licitatório nº 087/2025, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata, tendo justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preço a futura e eventual aquisição de pneus, protetor e câmara de ar, serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma de pneus, para todas as secretarias do município de Itanhomi/MG, sobre



o MENOR PREÇO POR ITEM, Adjudicado à contratada em decorrência do julgamento do Processo Licitatório nº 087/2025, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025, conforme PROPOSTA e demais peças integrantes do respectivo EDITAL, as quais, conhecidas e aceitas, incorporam-se a este instrumento, independentemente de TRANSCRIÇÃO.

1.2 - Descrição detalhada do OBJETO citado no item anterior:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
...
...
...
...
...
VALOR TOTAL R\$						

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - O FORNECEDOR deverá observar as seguintes determinações quanto ao fornecimento e aceitação dos itens e serviços, objeto deste instrumento:

2.1.1 - Os itens serão fornecidos e os serviços prestados de forma parcelada, no decorrer do período de vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com a necessidade do Órgão Gerenciador, mediante a emissão prévia e formal de Ordem de Fornecimento (OF).

2.1.2 - A entrega e o descarregamento dos itens serão obrigatoriamente feitos na sede da Prefeitura Municipal ou em outra unidade indicada na Ordem de Fornecimento, no Município de Itanhomi-MG, nos dias úteis e horários previamente estabelecidos.

2.1.3 - As despesas referentes ao fornecimento dos itens e prestação dos serviços, tais como insumos, custos de fabricação, embalagem, impostos, taxas, frete, seguro e descarregamento, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.

2.1.4 - Os itens fornecidos e os serviços prestados deverão obedecer rigorosamente às Especificações Técnicas, Certificações de Qualidade (INMETRO ou outras normativas e regulamentos aplicáveis) e demais exigências contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2.1.5 - Caso os itens e serviços não estejam em conformidade com as especificações exigidas, o Fiscal da Contratação, nomeado pelo Órgão Gerenciador, lavrará termo de rejeição, cabendo ao fornecedor a imediata substituição dos itens rejeitados, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

2.1.6 - O fornecedor deverá encaminhar a respectiva Nota Fiscal/Fatura referente aos bens efetivamente entregues e aceitos, bem como aos serviços prestados, conforme preço unitário consignado na Ata e na Ordem de Fornecimento correspondente.

2.1.7 - O Órgão Gerenciador deverá verificar a qualidade dos itens/serviços e sua aceitação, podendo, a qualquer tempo, solicitar parecer de técnicos especializados (avaliação de amostras), conforme disposto no Termo de Referência.

2.1.8 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros custos resultantes do cumprimento do objeto desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E DO GERENCIADOR

3.1 - São obrigações do FORNECEDOR:

3.1.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

a) - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para

executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

b) - Assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual dela decorrente no prazo estabelecido no Edital, sob pena das sanções cabíveis.

c) - Contratar e gerenciar todo o pessoal necessário ao cumprimento do objeto, correndo por sua conta, integralmente, todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, acidentários, fiscais, comerciais, etc., isentando o Município de Itanhomi-MG de quaisquer responsabilidades neste sentido.

d) - Fornecer os itens e prestar os serviços rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e prazos estabelecidos no Termo de Referência e na respectiva Ordem de Fornecimento emitida.

e) - Arcar com todos os custos referentes a impostos, taxas, frete, seguro, transporte, mão de obra e embalagens dos itens, bem como todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

f) - Garantir que os itens fornecidos possuam certificação (INMETRO ou outras normativas e regulamentos aplicáveis) e que todos os serviços sejam executados conforme o exigido no Termo de Referência.

g) - Responsabilizar-se integralmente pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

h) - Promover a substituição/correção imediata, sem ônus para o Município, dos materiais/serviços que forem rejeitados na conferência técnica (vícios, avarias ou não conformidade com as especificações), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;

-
- i)** - Orientar e fiscalizar a conduta de seus funcionários e prepostos durante a execução dos serviços e o processo de entrega e descarregamento dos materiais, garantindo a urbanidade e o respeito às normas do Município;
 - j)** - Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, garantia e pelo bom estado de conservação dos materiais fornecidos, nos termos da legislação vigente e deste instrumento;
 - k)** - Facilitar e colaborar prontamente com a fiscalização da Secretaria Municipal de Educação (Fiscal do Contrato) quando da conferência, recebimento e avaliação do objeto;
 - l)** - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias no sentido de indenizar o Município ou terceiros, devido a acidentes ou eventuais prejuízos, que seus empregados ou sócios vierem a causar;
 - m)** - Orientar seus funcionários a observar conduta adequada durante o acesso às dependências do Órgão Gerenciador;
 - n)** - Adotar medidas sanadoras imediatas, quando o Órgão Gerenciador notificar a existência de alguma irregularidade ou não conformidade no fornecimento dos itens / serviços;
 - o)** - Informar previamente, e por escrito, toda e qualquer alteração na cadeia de suprimentos ou no cronograma de fornecimento que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;
 - p)** - Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de segurança e higiene do trabalho;
 - q)** - Suspender ou interromper o fornecimento (entrega) de itens/ prestação de serviços, quando formalmente solicitado pelo Órgão Gerenciador;
 - r)** - Responder pelos danos causados pela violação dos direitos do Órgão Gerenciador ou de terceiros decorrentes da inexecução contratual.

3.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:



-
- a) - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do artigo 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no EDITAL.
- c) - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PROPONENTE, quanto à qualidade e tempestividade no fornecimento dos bens / execução dos serviços, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não devem ser interrompidos durante a vigência do contrato.
- d) - Emitir as ordens de fornecimento / serviço à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos.
- e) - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor.
- f) - Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- g) - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR ESTIMADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O valor estimado desta Ata de Registro de Preços é de **R\$** _____
(_____), conforme proposta apresentada pelo FORNECEDOR.

4.2 - No preço estão incluídas todas e quaisquer despesas do FORNECEDOR, necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.959 de 14 de outubro de 2024, sob os seguintes códigos:

I - GABINETE DO PREFEITO:

a)- Ficha 56: 02.01.01.04.122.0001.2007.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 59: 02.01.01.04.122.0001.2007.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

a)- Ficha 82: 02.03.01.04.122.0003.2010.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

b)- Ficha 85: 02.03.01.04.122.0003.2010.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

c)- Ficha 98: 02.03.01.06.181.0004.2013.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 100: 02.03.01.06.181.0004.2013.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

e)- Ficha 106: 02.03.01.06.181.0004.2015.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

f)- Ficha 108: 02.03.01.06.181.0004.2015.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:

a)- Ficha 122: 02.04.01.04.123.0007.2016.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



b)- Ficha 124: 02.04.01.04.123.0007.2016.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a)- Ficha 147: 02.05.01.12.122.0008.2019.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 149: 02.05.01.12.122.0008.2019.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

c)- Ficha 164: 02.05.01.12.361.0009.2022.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 167: 02.05.01.12.361.0009.2022.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

e)- Ficha 172: 02.05.01.12.361.0010.2025.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.

f)- Ficha 174: 02.05.01.12.361.0010.2025.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.576.001.0000.

g)- Ficha 192: 02.05.01.12.365.0011.2086.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

h)- Ficha 194: 02.05.01.12.365.0011.2086.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a)- Ficha 211: 02.06.01.10.122.0015.2034.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 213: 02.06.01.10.122.0015.2034.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

c)- Ficha 225: 02.06.01.10.301.0015.2035.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.



-
- d)- Ficha 228: 02.06.01.10.301.0015.2035.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000, 1.621.000.0000.
- e)- Ficha 233: 02.06.01.10.301.0015.2065.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- f)- Ficha 236: 02.06.01.10.301.0015.2065.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.600.000.0000.
- g)- Ficha 253: 02.06.01.10.303.0015.2064.339030-00 – Fonte: 1.621.000.0000.
- h)- Ficha 256: 02.06.01.10.303.0015.2064.339039-00 – Fonte: 1.600.000.0000.
- i)- Ficha 263: 02.06.01.10.304.0015.2043.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- j)- Ficha 265: 02.06.01.10.304.0015.2043.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- k)- Ficha 272: 02.06.01.10.305.0015.2042.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- l)- Ficha 274: 02.06.01.10.305.0015.2042.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

- a)- Ficha 282: 02.07.01.04.122.0020.2046.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- b)- Ficha 283: 02.07.01.04.122.0020.2046.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.
- c)- Ficha 302: 02.07.01.15.451.0020.2047.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.
- d)- Ficha 304: 02.07.01.15.451.0020.2047.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000.
- e)- Ficha 306: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



f)- Ficha 308: 02.07.01.15.452.0020.2049.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

g)- Ficha 331: 02.07.01.26.782.0020.2050.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

h)- Ficha 333: 02.07.01.26.782.0020.2050.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VII - SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

a)- Ficha 343: 02.08.01.20.606.0029.2051-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 345: 02.08.01.20.606.0029.2051-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 355: 02.09.01.08.122.0017.2052.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.720.000.0000.

b)- Ficha 357: 02.09.01.08.122.0017.2052.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.665.000.0000.

c)- Ficha 363: 02.09.01.08.243.0017.2084.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

d)- Ficha 365: 02.09.01.08.243.0017.2084.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO:

a)- Ficha 376: 02.10.01.27.812.0014.2057-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 379: 02.10.01.27.812.0014.2057-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.



X - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

a)- Ficha 384: 02.11.01.18.122.0023.2058-339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

b)- Ficha 386: 02.11.01.18.122.0023.2058-339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000.

XI - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a)- Ficha 395: 02.12.01.08.122.0032.2061.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

b)- Ficha 397: 02.12.01.08.122.0032.2061.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

c)- Ficha 407: 02.12.01.08.245.0032.2060.339030-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

d)- Ficha 410: 02.12.01.08.245.0032.2060.339039-00 – Fonte: 1.500.000.0000. 1.660.000.0000.

XII - FUNDEB (FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA):

a)- Ficha 431: 02.13.01.12.361.0009.2095.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 433: 02.13.01.12.361.0009.2095.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

c)- Ficha 439: 02.13.01.12.365.0011.2096.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

d)- Ficha 441: 02.13.01.12.365.0011.2096.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO:

a)- Ficha 459: 02.14.01.13.122.0013.20745.339030-00 – Fonte: 1.540.000.0000.

b)- Ficha 461: 02.14.01.13.122.0013.20745.339039-00 – Fonte: 1.540.000.0000.



CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

6.1 - O pagamento pela efetiva entrega e aceitação dos itens / serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a Aceitação Definitiva do Objeto e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, através da Tesouraria Municipal. O pagamento observará a ordem cronológica, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao Fiscal da Contratação nomeado pela Secretaria Municipal de Educação. O Fiscal somente atestará a entrega e a conformidade e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas na Ordem de Fornecimento / Serviço.

6.1.2 - Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura, emitida sem rasura e em letra legível, em nome do Município de Itanhomi, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Fornecimento (OF) ou da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) que deu origem à despesa.

6.1.3 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Itanhomi.

6.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

6.3 - O Município de Itanhomi poderá sustar todo e qualquer pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato, sem direito a qualquer acréscimo, conforme o seguinte:

-
- a)-** A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itanhomi.
- b)-** Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c)-** A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do objeto por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Itanhomi.
- d)-** Débito da CONTRATADA para com o Município de Itanhomi quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e)-** Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

6.4 - Os preços unitários registrados nesta Ata serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

6.4.1 - O reajuste de preços será admitido somente após o decurso de 12 (doze) meses da data limite para apresentação das propostas. O reajuste será aplicado pela variação do IPCA calculado pelo IBGE (ou outro que vier a substituí-lo), conforme o índice definido no Edital e Termo de Referência.

6.4.2 - O FORNECEDOR deverá apresentar planilha detalhada dos custos e documentos comprobatórios para análise pelo Órgão Gerenciador, nos termos da legislação vigente.

6.4.3 - O prazo para análise da solicitação de reajuste será de até 30 (trinta) dias corridos a partir do protocolo da documentação completa, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

6.4.4 - O reajuste, se concedido, terá seus efeitos financeiros retroativos à data-base (período de 12 meses do registro do preço), conforme disposto na legislação.



NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: notafiscal.tesouraria@gmail.com.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 - No caso de atraso de pagamento, por culpa exclusiva da PREFEITURA (Órgão Gerenciador), os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros (correção monetária e juros de mora), calculados *pro rata tempore* (proporcionalmente aos dias de atraso) entre a data do vencimento e a do dia do efetivo pagamento.

7.2 - A correção monetária será calculada pela variação do IPCA - IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, garantindo a atualização do valor devido.

7.1.2 - Serão aplicados juros moratórios simples de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor corrigido, conforme prática legal.

7.2 - A aplicação dos encargos financeiros somente será devida e processada nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade exclusiva da PREFEITURA pelo atraso no pagamento, e desde que a Nota Fiscal/Fatura tenha sido devidamente atestada e protocolada dentro do prazo estabelecido.

7.3 - A inclusão de correção monetária e juros de mora em razão de atraso imputável à Administração não exigirá a emissão de nova Nota Fiscal ou Fatura. O Órgão Gerenciador providenciará os pagamentos devidos por meio de Ordem Bancária Complementar, indicando a finalidade da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Foram observados, na formalização desta Ata de Registro de Preços, os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 (Art. 82 a 86 e Art. 92), que estabelece as regras do SRP e

as cláusulas essenciais do contrato, bem como o Decreto Federal nº 11.462/2023 e o Decreto Municipal de Itanhomi nº 055/2023.

8.2 - O FORNECEDOR obriga-se a manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à PREFEITURA (Órgão Gerenciador), imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata.

8.3 - Considerar-se-á executada a Ata de Registro de Preços com o integral cumprimento de suas cláusulas, caracterizado pelo fornecimento dos itens / prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas e até o limite máximo de quantitativos registrados.

8.4 - Ocorrendo o CANCELAMENTO formal do registro de preço, a PREFEITURA pagará ao FORNECEDOR, deduzido todo e qualquer débito inscrito em nome desta, apenas o valor correspondente ao montante efetivamente realizado e aceito.

8.5 - A existência de fiscalização por parte do Município não eximirá o FORNECEDOR de nenhuma responsabilidade pela execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, notadamente nos aspectos de qualidade, tempestividade, segurança e zelo.

8.6 - O FORNECEDOR deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do referido Processo Licitatório.

8.7 - O FORNECEDOR compromete-se a dar total garantia dos itens e serviços, bem como efetuar a substituição / correção imediata e totalmente às suas expensas ao ser notificado sobre avarias, vícios e qualidade inferior à exigida.

8.8 - O quantitativo máximo a ser contratado pelo Órgão Gerenciador (Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG) está limitado ao total registrado na Ata, conforme a planilha estimativa que integra o Edital.

8.9 - A adesão de órgãos ou entidades não participantes ("carona") NÃO será admitida, conforme decisão do Órgão Gerenciador expressa no Termo de Referência, tendo em vista:

8.9.1 - O objeto licitado está voltado exclusivamente para o atendimento prioritário da demanda da Rede Municipal de Ensino de Itanhomi/MG.

8.9.2 - A necessidade de assegurar o planejamento e a previsibilidade das aquisições do Município, visando evitar o risco de desabastecimento ou o comprometimento da execução dos quantitativos destinados à demanda local.

8.9.3 - A necessidade de assegurar o planejamento e a previsibilidade dos custos do Município, evitando riscos de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo improrrogável de 12 (doze) meses, conforme o Art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 - Excepcionalmente, a vigência desta Ata poderá ser prorrogada, por igual período (mais 12 meses), desde que:

a) - Haja previsão no Edital;

b) - Comprovada a vantajosidade e a economicidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado;

c) - Satisfeitas as demais exigências legais e regulamentares, em especial o Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO

10.1 - O FORNECEDOR fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões de quantitativos que se fizerem necessários, a critério exclusivo da PREFEITURA, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do instrumento contratual, conforme estabelecido no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS

11.1 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento de todos os tributos atualmente incidentes sobre o objeto, assim como por quaisquer alterações supervenientes de alíquotas ou novos tributos que vierem a incidir. A CONTRATADA é integralmente responsável também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposto no Art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na entrega dos itens / execução dos serviços, sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento (OF) cujo prazo foi excedido, para cada dia de atraso, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

12.1.1 - A aplicação da multa de mora não impede o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços pela Prefeitura Municipal de Itanhomi, ou a aplicação das demais sanções previstas nesta cláusula.

12.2 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa moratória (prevista no item 12.1) e/ou multa penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento inadimplida, na hipótese de cancelamento do registro de preço ou rescisão por causa imputável ao fornecedor;

12.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 03 (três) anos (artigo 156, § 4º, Lei Federal nº 14.133/2021);

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação (artigo 156, § 5º, Lei Federal nº 14.133/2021).

12.3 - As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da sua intimação.

12.4 - A sanção prevista no item 12.2.4 (Declaração de Inidoneidade) é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista.

12.5 - As multas serão descontadas dos pagamentos devidos ao FORNECEDOR ou, em caso contrário, serão recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação administrativa, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.6 - Os valores das multas serão corrigidos a partir da data de sua aplicação até a data do efetivo pagamento pela variação do IPCA, ou o que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1 - O registro de preço do FORNECEDOR nesta Ata poderá ser CANCELADO, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023, e ocorrerá nas seguintes situações:

13.1.1 - Por Ato Unilateral do Órgão Gerenciador, quando o FORNECEDOR:

- a) -** Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata ou nas Ordens de Fornecimento dela decorrentes.
- b) -** Não aceitar reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos preços praticados no mercado.
- c) -** Perder qualquer condição de Habilitação e Qualificação exigida na licitação.
- d) -** For apenado com a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar ou Declaração de Inidoneidade.
- e) -** Apresentar falência, concordata, dissolução da sociedade ou falecimento do titular no caso de empresa individual.
- f) -** Ocorrer a cessão ou transferência da Ata de Registro de Preços a outra empresa, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.
- g) -** Cometer falhas reiteradas na sua execução, que comprometam a qualidade do fornecimento ou a capacidade de entrega.

13.1.2 - Quando houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade administrativa, respeitado o previsto na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023;

13.1.3 - Mediante solicitação formal do FORNECEDOR, comprovando a ocorrência de fato superveniente (caso fortuito ou força maior) que inviabilize a manutenção do preço registrado e a perfeita execução contratual;

13.2 - O cancelamento será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador, após notificação formal ao fornecedor, observando-se os seguintes procedimentos:

a) - A inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento enseja a rescisão contratual pela Administração, com as consequências previstas no artigo 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

b) - Ocorrendo o CANCELAMENTO, a PREFEITURA pagará ao FORNECEDOR, deduzido todo e qualquer débito, apenas o valor correspondente ao montante efetivamente realizado e aceito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1 - O FORNECEDOR assumirá, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por todos os danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, em consequência da execução das obrigações decorrentes deste instrumento, resultante de culpa ou dolo do fornecedor ou de qualquer de seus empregados, prepostos ou subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e os instrumentos contratuais dela decorrentes reger-se-ão, sem prejuízo de outras normas aplicáveis, pelas seguintes legislações:

- a)** - Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b)** - Decreto Federal nº 11.462, de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);
- c)** - Decreto Municipal nº 055/2023 (Regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no Município de Itanhomi-MG);
- d)** - As demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à matéria.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ANEXOS

16.1 - Fazem parte integrante e indissociável desta Ata de Registro de Preços, para todos os efeitos legais:

- a)**- A PROPOSTA do FORNECEDOR (constante do Processo Licitatório nº 087/2025, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025);
- b)**- O CATÁLOGO (ou Catálogo de Preços) e os Documentos de Habilitação apresentados pelo FORNECEDOR;
- c)**- O EDITAL convocatório e seus ANEXOS (incluindo o Termo de Referência e a Minuta da Ata), que serviram de base para o registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - As partes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o foro da Comarca de Itanhomi-MG, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas e de comum acordo, firmam as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento, elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para produzir todos os efeitos legais e resultantes de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, ____ de _____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Gerenciador



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI
CNPJ: 18.493.239/0001-06



RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Fornecedor

TESTEMUNHA 1 – CPF Nº:

TESTEMUNHA 2 – CPF Nº: